



"Arrancaram nossos frutos
Cortaram nossos galhos
Queimaram nossos troncos
Mas não puderam matar nossas raízes."

Canto indígena



Sem título-6



500 anos de resistência indígena

A expectativa da “comemoração” dos “500 anos do Brasil” agigantou-se à medida em que nos aproximávamos do marco temporal do “descobrimento”.

Passados 500 anos e já não há dúvida: a chegada de portugueses ao Brasil, em abril de 1.500, descortinou, um imenso território a ser conquistado e, acima disto, milhares de povos e línguas tantas, dominadas por milhões de homens e mulheres naturais da terra que 30 anos depois começaria a ser colonizado e que seria chamado “Brasil”.

Naqueles dias, os povos indígenas que aqui viviam eram nações dotadas de identidades singulares, mas desprovidas de meios de defesa ante uma sociedade que já promovia a barbárie, idolatrava o lucro e transformava o mercado em seu totem mais sagrado, como disse Frei Betto¹, referenciando-se em Lévi-Strauss.

Sob o signo da violência

A dimensão da expectativa só foi superada pela decepção gerada pela violência das ações dos governos federal e da Bahia por ocasião das comemorações e dos protestos realizados naquele estado, nas localidades de Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, em 22 de abril de 2000. A truculência da PM baiana, sob a coordenação do gabinete de segurança da Presidência da República, fez-se notícia em jornais como “The New York Times”, “Le Monde” e “El País”. Redes internacionais de televisão como CNN e BBC também destacaram a violência empregada para dispersar e controlar manifestantes indígenas e militantes do MST. Ao lado destes, representantes de entidades da sociedade civil ou simplesmente turistas testemunharam uma operação militar sem precedentes em comemorações oficiais e na presença do próprio presidente Fernando Henrique.

Nesta edição do “Relatório Azul”, procuramos refletir da melhor forma possível esse momento de confronto, de visões diversas e, existencialmente opostas de viver os “500 anos” no Brasil e nas terras gaúchas. Em síntese, o leitor encontrará documentos que marcaram a passagem destes “500 anos” e as informações que registram a necessária construção de outros 500... de respeito à dignidade daqueles que são brasileiros em sua plenitude: os índios do Brasil.

Aos 1500 da Era Cristã²

Não precisamos aqui recontar toda a história por volta do ano de 1500 de nossa era. Nesta época viviam em torno de cinco milhões de pessoas, falando uma diversidade de línguas e tendo culturas diversificadas. Mas é importante revermos alguns pontos obscuros da história.

¹ Frei Betto, O Brasil descobre o Brasil, in: O Estado de S.Paulo, 03/05/2000, p. A2

² Este texto foi extraído da publicação destinada às escolas, para a Semana dos Povos Indígenas – 2000, realizada pelo Conselho de Missão entre Índios (Comin): 500 anos de descobrimento – programa de índio? São Leopoldo/RS. E-mail: comin@est.com.br – Home page: <http://www.comin.org.org>

O século XV, na Europa, é marcado pelo início do mercantilismo, com um sistema econômico voltado ao comércio e venda de mercadorias. Foi aí que também os portugueses se aventuraram no mar com suas caravelas, despontando como um reino conquistador. A Igreja apoiou todas as conquistas, pois dizia que assim difundia o evangelho e a religião cristã. Na verdade, a Igreja era uma grande aliada dos reis e conquistadores, que beneficiavam o interesse dos ricos.

O Brasil durante os 500

O ano de 1492 marca o princípio da invasão de uma continuada colonização depredadora. Os europeus, usando de seu poder, se adonaram da terra, como donos legítimos, escravizando e massacrando povos que já viviam aqui há milhares de anos. Iniciou, então, a violenta dominação da Terra de Santa Cruz, nome dado pelos portugueses em 1532.

O massacre dos povos indígenas foi um dos maiores crimes cometidos contra a humanidade. De cinco milhões de índios em 1500, sobram, 500 anos depois, somente em torno de 330 mil. Entre os motivos do extermínio podemos citar as guerras contínuas, o trabalho escravo, a destruição de sua moradia e habitat, as doenças dos brancos, a depressão, a destruição das famílias devido ao recolhimento dos filhos para catequizá-los e o uso das mulheres para serem abusadas e casarem com os brancos.

No século XIX, o governo imperial e os ricos fizeram propaganda em outros países para que viessem imigrantes ao Brasil. Estes imigrantes foram chamados para garantir fronteiras, colonizar as terras, produzir alimentos baratos, branquear a raça, trabalhar nas fazendas dos ricos. Cheios de esperança, chegaram aqui italianos, alemães, espanhóis e poloneses. A invasão de imigrantes alastrou-se país adentro. Os indígenas resistiram, e sua resistência foi interpretada pelos brancos como barbarismo e selvageria.

A situação piorou com a chegada da corte real de Dom João VI. Indignado com a resistência dos povos indígenas, dom João decretou duas guerras sem tréguas aos povos e decretou a sua prisão sem processo, sem razão e em qualquer lugar em que fossem encontrados. Nesta época, no sul do país, formaram-se "grupos de bugreiros" e "companhias de pedestres" que eliminavam os povos indígenas através de massacres e prisões, com o simples objetivo de "limpar a área". Os bugreiros, os colonos e os militares, aliados aos missionários, conseguiram convencer os povos indígenas a sair de suas terras e deixá-las aos imigrantes."

Comparativo da realidade indígena

Antes de 1500	Hoje
1.200 povos indígenas	Cerca de 200 povos indígenas
5 milhões de índios	330 mil índios – 0,33% da população brasileira
1.200 línguas	170 línguas
Toda a floresta era sua terra	517 áreas, 90 milhões de hectares, 58,6% na Amazônia
Não havia demarcação territorial	57,3% demarcada, 23,4% delimitada e 19% em identificação
Os recursos naturais eram só deles	Em 86,8% de sua terra há exploração de recursos naturais por não índios

O Brasil hoje

Hoje, 500 anos depois, critica-se que os índios têm terra demais, que são ricos por terem o controle ao acesso e uso dos recursos naturais em seus territórios, que recebem benefícios de organismos internacionais e do próprio governo e que são favorecidos pelos sistema jurídico. Outra causa de espanto é vermos índios debatendo seus problemas em congressos, falando português, circulando pelas cidades com celular e câmara de vídeo.

Partimos de nós mesmos como parâmetro de comparação, incorrendo no preconceito, intolerância e muita desinformação. Também temos dificuldade de compreender o significado da palavra índio, bem como da expressão "programa de índio". Em nossa memória ainda possuímos a imagem genérica e estereotipada do índio, de uma cultura exótica e rudimentar, que remete à origem da história da humanidade. Os mais pessimistas até acreditam no fim do índio.

Precisamos compreender que a identidade étnica de qualquer grupo passa por constantes transformações, como é o caso dos indígenas. O que por enquanto não muda, é que a manutenção da identidade indígena está ligada à terra. Também não podemos



Sem título-6



falar no fim do índio, pois está havendo um crescimento demográfico e suas culturas e línguas estão sendo revalorizadas pelas novas gerações. Hoje, o fundamental é que eles se reconheçam e sejam reconhecidos como índios, que têm direitos e deveres e que são parte da cidadania brasileira.”

Troca na presidência da Funai

No dia 24 de abril de 2000, após os episódios de violência contra os índios e os sem-terra, ocorridos durante as comemorações dos 500 anos, em Porto Seguro, na Bahia, o ministro da Justiça, José Gregori, demitiu do cargo o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Carlos Frederico Marés de Souza Filho. Até a indicação do futuro presidente, a Funai ficou sob a responsabilidade de Roque Laraia. No dia 25 de maio foi empossado o novo titular da Funai, Glênio da Costa Alvarez, administrador regional de Passo Fundo, portanto, um conhecedor da realidade dos povos indígenas do Sul. Da Funai é esperada a continuidade dos trabalhos de demarcação, como um direito dos povos indígenas e uma obrigação da mesma.

Aliás, desde 1973, conforme a Lei nº 6.001, o governo federal tem a obrigação de demarcar todas as áreas indígenas. Em 1988, a Constituição Federal deu um prazo de cinco anos para que as demarcações fossem concluídas. Portanto, passaram-se 12 anos e a maioria das áreas indígenas enfrenta pendências administrativas e judiciais, sofrendo com invasões e violências praticadas pelos brancos.

Conscientização da sociedade envolvente

A conscientização da sociedade envolvente marcou os “500 anos”. As entidades mais conhecidas pelo seu trabalho na questão indígena, o Comin e o Cimi³, atenderam uma grande demanda no primeiro semestre de 2000. Foram inúmeras palestras, debates, vídeos, nas escolas, universidades, programas de rádio e televisão em função dos ditos “500 anos de descobrimento do Brasil”. Nas atividades realizadas estavam presentes o contraponto à visão oficial das comemorações e a conscientização da sociedade envolvente quanto à realidade indígena no RS e no Brasil.

Como não poderia deixar de ser, os próprios indígenas, das diversas etnias presentes no Estado, foram o destaque nestas atividades marcadas pela polêmica em torno das comemorações oficiais patrocinadas pela Rede Globo de Televisão, Banco Itaú e governo federal.

Escolas (municipais, estaduais e particulares) e universidades (públicas e privadas) lideraram a demanda pelo debate sobre a questão indígena em nosso estado e país.

500 anos de exclusão é tema de Audiência

No dia 19 de abril de 2000, a CCDH realizou Audiência Pública para discutir a situação dos povos indígenas no Estado. A Audiência contou com a presença de representantes do Ministério Público Federal, do Conselho de Missão entre Índios (Comin), do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (Cepi), da Fundação Nacional do Índio

³ Cimi (Conselho Indigenista Missionário) é Órgão anexo à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), portanto organismo da Igreja Católica para as questões indígenas. O Comin – Conselho de Missão entre Índios, por sua vez, está ligado à IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil).

(Funai), da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, da Secretaria da Agricultura do Estado, da Procuradoria da República, além do líder indígena da Área Indígena da Borboleta, Abílio Padilha. A deputada Maria do Rosário (PT), presidenta da CCDH, disse que, enquanto são realizadas comemorações oficiais no Brasil e em Portugal, uma parte significativa da sociedade brasileira vive à margem desses festejos e sem motivos para comemorar. O líder da Área Indígena da Borboleta, Abílio Padilha disse que é preciso buscar um caminho e se contrapor a estas comemorações, pois " nós, como comunidade indígena, achamos que são 500 anos de invasão e estamos hoje lutando pela demarcação da área da Borboleta junto às autoridades competentes ". A deputada Maria do Rosário lembrou da demora na demarcação destas terras, que a Funai e o governo do Estado têm vontade de resolver o problema mas o governo federal tem reduzido, ano a ano, as verbas da instituição. Foi lembrado que as áreas de Monte Caseiros e Serrinha, que já estão sendo demarcadas, representam uma luta de sete anos, que iniciou na CCDH.

Documento de Coroa Vermelha

"O Brasil que a gente quer são Outros 500 – 21 de abril de 2000:
Documento final da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil

Chegamos na aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália, Bahia, no dia 17 de abril. Cumprimos o compromisso de refazer os caminhos da grande invasão sobre nossos territórios, que perdura já 500 anos.

Somos mais de 3.000 representantes, de 140 povos indígenas de todo o país. Percorremos terras e caminhos dos rios, das montanhas, dos vales e planícies antes habitados por nossos antepassados. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas dominavam e construíam o futuro, ao longo de 40 mil anos. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas tombaram defendendo a terra cortada por bandeirantes, por aventureiros, por garimpeiros e, mais tarde, por estradas, por fazendas, por empresários com sede de terra, de lucro e de poder.

Refizemos este caminho de luta e de dor, para retomar a história em nossas próprias mãos e apontar, novamente, um futuro digno para todos os povos indígenas.

Aqui, nesta Conferência, analisamos a sociedade brasileira nestes 500 anos de história de sua construção sobre os nossos territórios. Confirmamos, mais do que nunca, que esta sociedade, fundada na invasão e no extermínio dos povos que aqui viviam, foi construída na escravidão e na exploração dos negros e dos setores populares. É uma história infame, é uma história indigna.

Dignidade tiveram, sempre, os perseguidos e os explorados, ao longo destes cinco séculos. Revoltas, insurreições, movimentos políticos e sociais marcaram também nossa história, estabelecendo uma linha contínua de resistência.

Por isso, voltamos a recuperar essa marca do passado para projetá-la em direção ao futuro, nos unindo aos movimentos negro e popular e construindo uma aliança maior: a Resistência Indígena, Negra e Popular.

Nossas principais exigências e propostas:

São as seguintes as principais exigências e propostas dos povos indígenas para o Estado brasileiro, destacadas por esta Conferência:

1. Cumprimento dos direitos dos povos indígenas garantidos na Constituição Federal:
Até o final do ano 2000 exigimos a demarcação e regularização de todas as terras indígenas;
 - a) Revogação do Decreto nº 1.775/96;
 - b) garantia e proteção das terras indígenas;
 - c) devolução dos territórios reivindicados pelos diversos povos indígenas do Brasil inteiro;
 - d) ampliação dos limites das áreas insuficientes para a vida e o crescimento das famílias indígenas;



Sem título-6



e) desintrusão (retirada dos invasores) de todas as terras demarcadas, indenização e recuperação das áreas e dos rios degradados, como por exemplo o Rio São Francisco;

f) reconhecimento dos povos ressurgidos e seus territórios;

g) proteção contra a invasão dos territórios dos povos isolados;

h) desconstituição dos municípios instalados ilegalmente em área indígena;

i) respeito ao direito de usufruto exclusivo dos recursos naturais contidos nas áreas indígenas, com atenção especial à biopirataria;

j) paralisação da construção de hidrelétricas, hidrovias, ferrovias, rodovias, gasodutos em andamento e indenização pelos danos causados pelos projetos já realizados;

l) apoio a auto-sustentação, com recursos financeiros destinados a projetos agrícolas, entre outros, para as comunidades indígenas.

2. A imediata aprovação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);

3. Aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas que tramita no Congresso Nacional conforme aprovado pelos povos e organizações indígenas (PL nº 2.057/91);

4. O fim de todas as formas de discriminação, expulsão, massacres, ameaças às lideranças, violências e impunidade. Apuração imediata de todos os crimes cometidos contra os povos indígenas nos últimos 20 anos e punição dos responsáveis. Exigimos o respeito às nossas culturas, tradições, línguas, religiões dos diferentes povos indígenas do Brasil;

5. A punição dos responsáveis pela esterilização criminosas das mulheres indígenas a critério da comunidade;

6. Que a verdadeira história deste país seja reconhecida e ensinada nas escolas, levando em conta os milhares de anos de existência das populações indígenas nesta terra;

7. Reestruturação do órgão indigenista, seu fortalecimento e sua vinculação à Presidência da República, através de uma Secretaria de Assuntos Indígenas, consultando-se as organizações de base quanto a escolha dos secretários;

8. Que o presidente da Funai seja eleito pelos povos indígenas com indicação das diferentes regiões do Brasil;

9. A educação tem que estar a serviço das lutas indígenas e do fortalecimento das nossas culturas;

10. Que seja garantido o acesso dos estudantes indígenas nas universidades federais sem o vestibular;

11. Reforma, ampliação e construção das escolas indígenas e oferta de ensino em todos os níveis, garantido-se o magistério indígena e educação de segundo grau profissionalizante;

12. Fiscalização da aplicação das verbas destinadas às escolas indígenas, criando um Conselho Indígena;

13. A educação escolar indígena e o atendimento à saúde deve ser de responsabilidade federal. Rejeitamos as tentativas de estadualização e municipalização;

14. A Lei Arouca, que institui um subsistema de atenção à saúde dos povos indígenas, seja aplicada;

15. Fortalecer e ampliar a participação ativa das comunidades e lideranças nas instâncias decisórias das políticas públicas para os povos indígenas, em especial, que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas tenham autonomia nas deliberações;

16. O atendimento de saúde deve considerar e respeitar a cultura do povo. A medicina tradicional deve ser valorizada e fortalecida;

17. Formação específica e de qualidade para professores, agentes de saúde e demais profissionais indígenas que atuam junto às comunidades;

18. Que seja elaborada uma política específica para cada grande região do país, com a participação ampla dos povos indígenas e de todos os segmentos da sociedade, a partir dos conhecimentos e projetos de vida existentes;

19. Fortalecer o impedimento da entrada (e retirada) das polícias Militar e Civil de dentro das áreas indígenas sem autorização das lideranças;

20. Exigimos a extinção dos processos judiciais contrários à demarcação das terras tradicionais ocupadas pelos povos indígenas.

Nós, povos indígenas do Brasil, percorremos já um longo caminho de reconstrução dos nossos territórios e das nossas comunidades. Com essa história firmemente agarrada por nossas mãos coletivas, temos a certeza de que rompemos com o triste passado e nos lançamos com confiança em direção ao futuro.

Apesar do peso da velha história, inscrita nas classes dominantes deste país, na sua cultura, nas suas práticas políticas e econômicas e nas suas instituições de Estado, já lançamos o nosso grito de guerra e fundamos o início de uma nova história, a grande história dos “Outros 500”.

A nossa luta indígena é uma homenagem aos inúmeros heróis que tombaram guerreando ao longo de cinco séculos. A nossa luta é para nossos filhos e netos, povos livres numa terra livre.

Coroa Vermelha, Bahia, 21 de abril de 2000.”

A Carta de Porto Alegre⁴

“São 500 anos de extermínio do nosso povo

Escravizaram nossos parentes

Ocuparam a nossa terra

E até hoje não a devolveram para nós

Vivemos na beira das estradas

Estragaram a nossa água, o nosso ar e a nossa terra

O homem branco não sabe viver em paz com a natureza e nem com os seus semelhantes

Nosso trabalho não é valorizado

Acham que não somos mais índios

Mas dizemos – Sim somos índios

Somos das Nações Kaingang e Mbyá-Guarani

Temos direito a uma vida digna

Ainda existimos

Exigimos o respeito até hoje negado pelos brancos

(Discurso de lançamento da IIª Conferência Municipal dos Direitos Humanos por Antônio índio Kaingang do Bairro Agronomia, em 7 de abril de 2000)

1. Que o poder público municipal reconheça que os povos Kaingang e Mbyá-Guarani de Porto Alegre são representantes legítimos de seus interesses;

2. Garantia da participação dos povos indígenas de Porto Alegre na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas municipais para esse setor;

3. Elaboração conjunta de um projeto para os índios da Vila Safira – reassentamento em outro local da cidade (com traçado urbanístico, estrutura urbana que respeite as especificidades culturais Kaingang);

4. Elaboração conjunta de um projeto para os índios da Agronomia com área mais apropriada para habitar;

5. Elaboração conjunta de um projeto para a Parada 22 da Lomba do Pinheiro;

⁴ A Carta de Porto Alegre apresenta as resoluções aprovadas na pré-conferência dos Povos Indígenas, realizada no dia 26 de abril de 2000, em Porto Alegre/RS, como parte da IIª Conferência Municipal dos Direitos Humanos.



Sem título-6



6. Criação do Distrito Sanitário de Saúde Indígena para Porto Alegre;
7. Elaboração de programas de assistência social diferenciados;
8. Elaboração de projetos especiais de reconhecimento e resgate da cultura indígena;
9. Participação dos povos indígenas na formulação implementação e avaliação de atividades pedagógicas e curriculares que tratem da questão indígena;
10. Que a verdadeira história deste país seja reconhecida e ensinada nas escolas, levando em conta os milhares de anos de existência das populações indígenas nesta terra, pois a educação tem que estar a serviço das lutas indígenas e do fortalecimento das nossas culturas;
11. Que a 2ª CMDH encaminhe campanha pública para a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas que tramita no Congresso Nacional conforme aprovado pelos povos e organizações indígenas (PL nº 2.057/91);
12. Que as escolas e os meios de comunicação social tratem a questão indígena com mais conhecimento, respeito, sem discriminações e preconceitos, pois a situação de miserabilidade em que nos encontramos é responsabilidade dos brancos que nesses 500 anos roubaram as nossas terras;
13. Pelo fim de todas as formas de discriminação, expulsão, massacres, ameaças às lideranças, violências e impunidade. Apuração imediata de todos os crimes cometidos contra os povos indígenas nos últimos 20 anos e punição dos responsáveis. Exigimos o respeito às nossas culturas, tradições, línguas, religiões dos diferentes povos indígenas do Brasil;
14. Pela imediata aprovação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
15. Reestruturação do órgão indigenista, seu fortalecimento e sua vinculação à Presidência da República, através de uma Secretaria de Assuntos Indígenas, consultando-se as organizações indígenas quanto a escolha dos secretários;
16. Que o presidente da Funai seja eleito pelos povos indígenas das diferentes regiões do Brasil;
17. Que seja garantido o acesso dos estudantes indígenas nas universidades federais sem o vestibular;
18. Reforma, ampliação e construção de escolas indígenas e oferta de ensino em todos os níveis, garantido-se o magistério indígena e educação de segundo grau profissionalizante;
19. Fiscalização da aplicação das verbas destinadas às comunidades indígenas;
20. Fortalecer e ampliar a participação ativa das comunidades e lideranças nas instâncias decisórias das políticas públicas para os povos indígenas;
21. Ao atendimento de saúde deve considerar e respeitar a cultura do povo indígena. A medicina indígena deve ser valorizada e fortalecida;
22. Formação específica e de qualidade para professores, agentes de saúde e demais profissionais indígenas que atuam junto às comunidades;
23. Exigimos a extinção dos processos judiciais contrários a demarcação das terras tradicionais ocupadas pelos povos indígenas;
24. Que os locais onde habitam as comunidades indígenas nas regiões metropolitanas sejam considerados territórios indígenas;
25. Divulgar o Documento Final da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Bahia, 22 de abril de 2000);
26. Devolução dos territórios reivindicados pelos diversos povos indígenas de todo o Brasil."

CDH questiona ações militares

O deputado Marcos Rolim (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados Federais, encaminhou pedidos de informações ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e ao Ministério da Defesa a respeito das ações militares em Coroa Vermelha. As respostas, na íntegra, podem ser acessadas através da home page do deputado Marcos Rolim: www.rolim.com.br.

Movimento indígena

Fórum Permanente

As entidades que participam do Fórum Permanente Intermunicipal para a Questão Indígena, a cada ano, sentem que o problema de desaldeamentos cresce nas grandes cidades, aumentando assim a demanda e necessidade de ações conjuntas. Para isto, o Fórum está iniciando discussões sobre a temática dos desaldeamentos. O Fórum pretende realizar um seminário estadual sobre esta temática no primeiro semestre do ano 2001, em parceria com prefeituras.

O Fórum também acompanhará o processo que deve, ainda no segundo semestre de 2000, demarcar pelo menos quatro das áreas reivindicadas pelo povo Mbyá. Esta luta tem o apoio do Fórum desde 1987. Assim, ao final de 2000 devem estar desapropriadas as áreas da Coxilha da Cruz, Água Grande, Inhacapedum e da Mata São Lourenço. As entidades do Fórum também acompanharão os trabalhos para o reassentamento das famílias Mbyá até aqui acampadas nas beiras das rodovias para essas áreas.

Ainda estão previstas duas grandes obras pelo governo federal, que são a duplicação da BR 101, e o Gasoduto Brasil Argentina, ao longo da BR 116. Essas obras atingirão comunidades Mbyá acampadas nessas rodovias, o que demandará indenizações e aquisição de terras noutros lugares. O Fórum está acompanhando esse processo.

Área indígena Borboleta⁵

O Conselho de Missão entre Índios (Comin), da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), priorizou o acompanhamento e apoio a algumas lideranças da Área Indígena Borboleta. O grupo continua acampado, necessitando de muita união e organização para pressionar a continuidade do processo de demarcação de suas terras. Em fevereiro deste ano o, então presidente da Funai, Carlos Frederico Marés, a convite do governo do Estado, esteve no Rio Grande do Sul. Isto possibilitou pela primeira vez uma visita de um presidente da Funai àquela comunidade. Após essa visita, foi organizada uma grande reunião com a comunidade indígena na Câmara Municipal de Salto do Jacuí. Nessa reunião, Marés comprometeu-se em providenciar imediatamente uma área de terras provisória, para que a comunidade pudesse realizar plantio ainda antes do próximo inverno, e garantiu o retorno imediato do Grupo Técnico de identificação da área para os trabalhos complementares de campo. Em abril, porém, ele exonerou-se⁶ por

⁵ Texto elaborado a partir de contribuição do Comin.

⁶ Carlos Frederico Marés de Souza Filho não sabia da sua demissão, pelo ministro da Justiça, e encaminhou seu pedido de demissão, que chegou logo após a sua notificação de saída.



Sem título-6



discordar da repressão policial contra as manifestações indígenas em Porto Seguro, Bahia, contrárias às festividades do governo federal sobre os tais "500 anos". Com isto, a comunidade mais uma vez não teve atendida sua reivindicação. Em maio a Funai finalmente enviou o GT para complementar informações sobre a terra indígena. Estiveram novamente na área, nos acampamentos e junto a algumas secretarias públicas buscando mais depoimentos.

Em junho, parte do grupo indígena acampado em Salto do Jacuí ocupou novamente a Granja Oriental, pela terceira vez, para continuar pressionando a Funai e para terem um espaço de terras para plantar enquanto aguardam a demarcação. A luta da comunidade da Borboleta também atingiu um resultado positivo neste último ano, pois conseguiu que a Funai retomasse o procedimento de demarcação das suas terras tradicionais. Contudo, a situação deles continua precária, já fazendo agora três anos que eles estão acampados sob lonas, com poucas condições de sobrevivência. Muitas pessoas já desistiram da luta e saíram desses acampamentos. Contudo, um grupo de cerca de 200 famílias permanece na luta, cada vez com mais empenho, apesar das dificuldades e carências.

Três anos sem Galdino

Em 20 de abril de 1997, o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos foi queimado vivo enquanto dormia em uma parada de ônibus de Brasília. M.R., T.O., E.C., A.N. e o então adolescente G.N. confessaram a autoria da morte de Galdino. Tendo 95% de seu corpo queimado, Galdino morreu em 21 de abril de 1997, véspera da data que traz à memória o descobrimento do Brasil. Em depoimento, os autores alegaram que pensavam tratar-se de um mendigo e só queriam assustá-lo. O Assassinato teve seu tipo penal alterado de lesão corporal para homicídio triplamente qualificado: motivo torpe, cruel e uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima (Galdino dormia na hora do ataque). Aguarda-se o julgamento dos autores por júri popular.

Políticas públicas

"Uma verdadeira história para os Tamoios

Maria Luiza Santos Soares⁷

O índio - Por que vocês e os portugueses vieram de tão longe para buscar madeira? A terra de vocês não tem tanta madeira para queimar?

O francês - Dá em grande quantidade e abundância. Mas não deste gênero de árvores que vocês têm, principalmente os brasis, que não servem para queimar, como vocês pensam, mas para tingir como vocês fazem com os fios escarlate, penas e outras coisas.

O índio - E vocês precisam de tão grande quantidade de madeira?

O francês - Sim, há em nossa terra um mercador que possui muitas penas escarlate, facas, tesouras e espelhos, mais do que nós temos trazido, só ele compra todo o Brasil, ainda que dele fossem carregados muitos navios.

O índio - Você está me contando coisas admiráveis, muito mais do que tenho ouvido. Agora me diga uma coisa. Este homem tão rico, não morre?

O francês - Morre, assim como os outros homens.

⁷ Integrante do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (Cepi).

O Índio – E morrendo, para quem ficam seus bens?

O francês – Para seus filhos que os têm. Se não, para os irmãos ou irmãs, ou os parentes mais próximos.

O Índio – Eu os advirto, franceses, que vocês são muito loucos. De que lhes serve fatigarem-se tanto atravessando os mares, e, para vencê-los, passarem por tantos males, como vocês mesmos têm contado, a buscar riquezas para deixar para os filhos que haverão de sobreviver a vocês? A terra que lhes sustenta não bastará também para sustentar a eles? Nós também temos filhos e parentes, como vocês têm e os amamos muito. Porém, confiamos certamente que, depois da nossa morte, a terra que nos sustentou também os há de sustentar da mesma forma. E nisso descansamos.⁸

Conta a história e não a lenda, que houve no Brasil um foco de resistência dos primeiros habitantes destas terras. Os colonizadores portugueses chamaram-nos de índios, pois acharam que aqui ficava a Índia. Eles, porém se autodenominavam Tamoios: 'os mais velhos da terra, nativos'.

Muitos já devem ter ouvido falar da Confederação dos Tamoios. Mas com certeza, poucos ou quase ninguém aprendeu na escola que houve uma organização dos primeiros habitantes do Brasil, que reuniu todos os povos nativos contra os portugueses. Todos, com exceção dos Tupiniquins, que para serem mais poderosos que seus companheiros, resolveram se aliar aos inimigos portugueses. Esta Confederação guerreou por mais de uma década, tentando responder às barbáries cometidas contra os povos indígenas nos primeiros anos do tão romântico descobrimento que nos venderam durante tanto tempo.

Teria sido mais honesto da parte desta civilização tão evoluída, ter pelo menos contado tudo como aconteceu, pois muitos escreveram sobre isto, desde 1556, como é o caso de Hans Staden, um alemão que esteve no Brasil, se passou por francês e viveu nove meses entre os Tupinambá. Embora seja um texto fantasioso, sua contribuição foi a de um humanista, pois fez questão de guardar um espaço em seus relatos preciosos, para contar os usos e as tradições dos 'selvagens'.

Durante doze anos os povos indígenas que habitavam o litoral do que hoje são os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, guerrearam contra a tecnologia dos canhões, da pólvora, das armas de fogo. Com seus arcos e flechas, tacapes, sarabatanas, sua arte das armadilhas e das pimentas. Sim, eles usavam a pimenta como arma. E foi necessário o reforço de Mem de Sá, para que seu sobrinho, Estácio de Sá, designado para governar o Rio de Janeiro, saísse vencedor. Mem de Sá veio com três galeões, dois navios de guerra muito bem armados e seis caravelões.

O grande líder da confederação, o cacique Cunhambebe morreu antes de ver o fim de seu povo. Não morreu como um guerreiro, mas de uma doença trazida pelas roupas doadas pelos brancos. Cunhambebe porém, foi poupado do desgosto final. Pois, depois de exterminarem os últimos guerreiros, saíam em patrulhas matando todos os Tamoios, velhos, mulheres e crianças, para que não sobrasse nenhum, e para que o novo mundo, repleto de civilização pudesse viver em paz e continuar escravizando, pilhando, e levando tudo para o evoluído Velho Mundo.

É uma história de luta. Alguns escritos falam da bravura do velho cacique: podia carregar um canhão em cada braço, e era considerado um exímio estrategista. Nossa história oficial omitiu estas glórias de muitas e muitas gerações. Os povos indígenas estavam aqui vivendo do seu jeito, não sem guerras como imaginam e contam os românticos adeptos da idéia de que o Brasil era o Éden. Mas viviam de acordo com seus deuses, seus costumes. Não tinham por hábito acumular. A natureza era de uso coletivo e utilizada com racionalidade. Fruto desta sabedoria, até hoje os Guarani e os Kaingang sabem como caçar, em que época cada animal se procria, e seguem caçando com respeito ao ciclo natural de cada espécie. Não se caçava para acumular, no máximo, para se trocar por outras necessidades, como farinha.

E agora chegamos finalmente ao tema da evolução e da civilização: Se de fato há uma evolução do ser humano, e esta teoria chega a falar de que os mais antigos povos desta terra estão em um estágio civilizatório inferior, o que dizer do lixo atômico, da camada de ozônio, da destruição das florestas, da poluição dos mares, das matanças de baleias? Sem dizer da fome, miséria, genocídio, males

⁸ Do livro "Meu Querido Canibal" de Antônio Torres.



Sem título-6



que ameaçam a existência da vida, da humanidade. Poderíamos tranquilamente dizer, dentro da mesma lógica, que a civilização européia evoluiu para a destruição.

Nesta lógica então, os ecologistas devem ser contra a evolução. Se cada cidadão do planeta resolvesse ter o padrão médio de consumo, de um cidadão norte-americano, a Terra já teria morrido há anos. O que é preciso, é que nos demos conta de que não é mesmo possível que se consuma tanto. E não é um pensamento que tenha origem nos grandes pensadores do Velho Mundo. Os integrantes da Confederação dos Tamoios, os primeiro habitantes desta terra, já sabiam disto.

Eis o elo perdido que estamos tentando buscar. Temos mesmo ainda o que aprender com os povos indígenas. Aqui no Rio Grande sobreviveram dois destes povos: os Kaingang e os Guarani. Ao contrário dos Charruas e Minuanos, que foram dizimados, resistiram a todas as fases da evolução do Estado, que foi também a destruição de florestas, animais e povos.

Por tudo isso, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas (Cepi)⁹ está articulando o Acordo Verde, onde órgãos do governo estadual e federal¹⁰, ligados aos assuntos de meio ambiente e povos indígenas, estão formalizando a vontade de devolver o verde aos primeiros habitantes destas terras. Ainda que pequeno, o manejo ecológico nas áreas indígenas, pelo menos em relação aos programas oficiais, há um projeto que, somente em duas Terras Indígenas, a da Serrinha¹¹ e a de Guarita¹² irá reflorestar 15 mil hectares. Mas há ainda um dado anterior. Do pouco que restou aos povos indígenas do Rio Grande do Sul, 0,37% do território gaúcho, 47% é área verde.

Todos no Conselho, e todos que o acompanham historicamente esta luta, têm com certeza o mesmo sentimento, que o elo de igualdade e solidariedade é um só. Todos queremos ser reconhecidos no futuro, pelas florestas que ajudamos a preservar e a plantar.”

Ações do governo do Estado¹³

O Conselho Estadual dos Povos Indígenas, antigo Conselho Estadual do Índio reestruturado no atual governo, coordena um conjunto de ações envolvendo as diversas secretarias de Estado relacionadas à questão indígena. No último período, destacaram-se as ações da Seção Indígena do Departamento de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA).

No ano de 1999, técnicos da SAA fizeram uma rodada de visitas diretamente nas 36 áreas e acampamentos indígenas, fazendo um levantamento mais profundo da realidade agrícola e da situação que vivem os índios no Estado.

Em maio de 1999 e março de 2000 foram realizados seminários com os povos Kaingang e Guarani na SAA. Nestes seminários foram discutidas as demandas das comunidades em parceria com a Funai.

⁹O CEPI é composto por 30 membros. Um representante de cada uma das Secretarias de Estado, sendo elas Agricultura, Coordenação e Planejamento, Cultura, Educação, Justiça e Segurança, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho, Cidadania e Assistência Social; mais um representante da Fundação Nacional do Índio - Funai, e Fundação Nacional de Saúde - Funasa; além de dez representantes kaingang e dez guarani.

¹⁰ Secretaria da Agricultura, através do Departamento de Desenvolvimento e Reforma Agrária, da Emater, do Programa RS Rural e do Irga, Secretaria de Coordenação e Planejamento, através do Programa mar de Dentro, A Secretaria do Meio Ambiente, através do Departamento de Florestas, Fundação Estadual de proteção ao Meio Ambiente (Fepam), Fundação Zoobotânica, Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, através do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, Fundação Nacional do Índio.

¹¹ Terra Indígena da Serrinha abranje quatro municípios: Três Palmeiras, Ronda e Engenho Velho Alta, Constantina.

¹² Terra Indígena de Guarita abrange os municípios de Tenente Portela e Redenterra.

¹³ Texto elaborado a partir de contribuições do CEPI - Conselho Estadual dos Povos Indígena, da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul.

A partir de 1999, a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de todos os municípios onde existem áreas indígenas, dispôs seus técnicos para atuar no trabalho de campo, prestando assistência técnica e elaboração de projetos emergenciais do "RS Rural", diretamente nas áreas e acampamentos indígenas. O programa "Troca-Troca" de sementes de milho e feijão e o programa emergencial do "RS Rural", o fornecimento de ramas de mandioca e o curso de formação antropológica para técnicos da Emater marcaram o ano de 1999 na relação governo do Estado e comunidades indígenas.

No ano 2000, estão sendo realizados novamente os projetos do "RS Rural", no valor de 1,6 milhão de reais – em torno de 500 reais por família indígena no Estado (são aproximadamente 3.200 famílias). Os projetos visam o manejo ambiental, infra-estrutura social básica e geração de renda. Na área de formação foram previstos aproximadamente 200 mil reais para cursos, oficinas, viagens técnicas e encontros para os índios e técnicos da Emater. Paralelamente, está em andamento um projeto de pesquisa em etnosustentabilidade, através do "RS Rural", que visa a compreensão de uma série de aspectos relacionados à realidade atual das comunidades indígenas gaúchas.

"Povos Indígenas e o Estado III – desafios e possibilidades de uma relação

Walmir da Silva Pereira¹¹

A terceira edição do seminário Povos Indígenas e o Estado, promovido e realizado pelo Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, órgão da Secretaria de Estado da Cultura, com apoio da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Centro de Ciências Humanas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (Cepi) teve participação de um público total de 800 pessoas.

O evento contou com quatro painéis e com uma programação paralela composta de ciclo de vídeos, apresentação de manifestação cultural indígena, exibição de vídeos enfocando a problemática indígena e os episódios em torno da comemoração dos 500 anos do Brasil, debate abordando a questão dos museus étnicos na contemporaneidade.

O seminário 'Povos Indígenas e o Estado III' desvelou ao público participante as múltiplas realidades dos povos indígenas no estado, enfocando seus modos de vida específicos, processos de socialização e educação, relação com o meio ambiente e a situação jurídica das terras indígenas. Igualmente suscitou a formação de idéias e o debate a respeito da relação que se consubstancia, na conjuntura atual, entre os povos indígenas Kaingang e Guarani e o estado do Rio Grande do Sul.

Finalmente o evento estabeleceu um profícuo diálogo entre pesquisadores e estudiosos das áreas de Antropologia, História, Direito, Arqueologia, Educação, Ciências Sociais, entre outras.

Objetivos alcançados

O seminário "Povos Indígenas e o Estado III" desvelou múltiplas realidades dos povos e sociedade indígenas no país, enfocando seus modos de vida específicos, processos de socialização e educação, relação com meio ambiente e a situação jurídica das Terras Indígenas no Brasil;

Estabeleceu um profícuo diálogo e interlocução entre pesquisadores das áreas de Antropologia, História, Arqueologia, Educação, Direito, Ciências Sociais, entre outros;

Divulgou uma imagem positiva dos povos indígenas com a exibição de espetáculo de dança indígena da comunidade Kaingang de Inhacorá, vídeos referentes aos episódios de Coroa Vermelha e a realização de Fórum Nacional de Lideranças Indígenas que discutiu

¹¹ Coordenador do seminário "Povos Indígenas e o Estado III", antropólogo, coordenador de Pesquisa e do Setor de Etnologia, do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS).



Sem título-6



temas relevantes como a questão das demarcações das Terras Indígenas e o projeto do Estatuto das Sociedades Indígenas, atualmente em tramitação no Congresso Brasileiro, descortinando a representatividade étnico-cultural dos povos indígenas brasileiros;

Suscitou a formação de idéias e o debate público enfocando a relação que se desenvolve, na conjuntura atual, entre os povos indígenas e o Estado Nação, as políticas oficiais e o tratamento dispensado por setores da sociedade envolvente e pelo próprio aparato governamental encarregado da proteção oficial.

Síntese dos resultados obtidos

O seminário 'Povos Indígenas e o Estado III' consolidou-se como espaço de reflexão crítica a respeito da problemática indígena no país, em particular na região Sul e no Rio Grande do Sul;

Presença de um público total de cerca de 800 pessoas; público atingido evidenciou a pertinência e a importância da ação produzida com a realização do seminário;

Consecução do seminário com a realização de cinco painéis abordando a problemática indígena no país e no mundo, com a presença do antropólogo francês Alban Bensa que proferiu palestras enfocando a realidade cultural e étnica de povos originários da Nova Kaledônia, em especial dos Kanak;

Realização de Fórum de Debates com a presença de lideranças indígenas de vários povos e organizações indígenas brasileiros;

Exibição de vídeos sobre a problemática indígena, em especial referente aos episódios de Coroa Vermelha;

Realização de espetáculo de dança do povo indígena Kaingang, comunidade de Inhacorá;

Principais resultados

Subsídios para técnicos de Secretaria de Estado, instituições públicas das esferas federal e estadual que trabalham diretamente com os povos indígenas Kaingang e Guarani no estado;

Fortalecimento das propostas de ações do governo do Estado, visando a consecução de políticas públicas responsáveis e socialmente justas para resolução da problemática indígena no Rio Grande do Sul;

Articulação entre instituições de pesquisa, ensino, órgãos públicos, organizações não-governamentais e representantes dos povos indígenas, encaminhada em boa medida pelo Museu Antropológico - instituição da Secretaria de Estado da Cultura - visando o debate e o encaminhamento de soluções para os problemas e dificuldades enfrentadas pelos Kaingang e Guarani no estado;

Ações da Funai no Rio Grande do Sul

A CCDH recebeu, em resposta ao ofício nº 57/RA/2000, relatório da Fundação Nacional do Índio (Funai), contendo suas ações no Rio Grande do Sul, durante o ano de 1999 e primeiro semestre de 2000, nas áreas de educação, atividades produtivas e regularização fundiária das terras indígenas. Transcrevemos abaixo, parte do relatório recebido.

"Educação indígena

A Administração Executiva da Funai - Passo Fundo atendeu 27 escolas localizadas nas Terras Indígenas de: Cacique Doble (2), Carreteiro (1), Caseiros (2), Guarita (12), Inhacorá (1), Iraí (1), Ligeiro (1), Rio da Várzea (1), Serrinha (1), Ventarra (1) e Votouro (4), beneficiando um total de 2.598 alunos das etnias Kaingang e Guarani.

A população escolar atendida, no ano de 1999 é a seguinte: 2.598 alunos nas escolas das Terras Indígenas, 448 alunos em escolas fora das Terras Indígenas, 16 alunos universitários, perfazendo um total de 3.062 estudantes indígenas.

O quadro de docentes é composto de 181 professores, sendo 92 indígenas e 89 não indígenas, destes 96 estaduais, 16 da Funai e 1 voluntário, os quais 23 concluíram o 1º grau, 7 possuem o 1º grau incompleto, 101 possuem o 2º grau magistério completo,

15 possuem o 2º grau magistério incompleto, 10 possuem 2º grau acadêmico completo, 25 possuem o curso superior completo e 11 curso superior incompleto.

Além dos professores, as escolas contam também com diretores, merendeiras (indígenas), serventes (indígenas), técnicos agrícolas e em algumas até vigias (indígenas).(...)

Com o objetivo de incentivar as práticas culturais Kaingáng e a confecção de artesanato, que também ajuda no aumento da renda familiar, construímos centros Culturais em Irai e Inahacorá.(...)

Comparativo do número de alunos indígenas - pré-escola ao 3º grau

Ano	Número de alunos
1994	1.527
1995	1.600
1996	2.117
1997	2.496
1998	3.675
1999	5.062

Fonte: Funai - Administração Regional de Passo Fundo/RS.

Olaria da Terra Indígena Carreteiro

Com nove anos de funcionamento, a Olaria da Terra Indígena Carreteiro iniciou a produção em 1990 atingindo 233.030 tijolos/ano. A produção vem crescendo anualmente. No ano 1999 a Olaria superou os anos anteriores, produzindo 637.299 tijolos, numa média de 53.108 tijolos por mês. A Olaria é conduzida pelos próprio índios, com apoio do pessoal da Funai, e tem uma importante função social, pois gera emprego para 18 pessoas da comunidade. A Olaria tem capacidade instalada de produção superior a 70 mil tijolos mensais.

O projeto da Terra Indígena Guarita

Implantado em 1997, nos setores Três Soitas e Pedra Lisa, da Terra Indígena Guarita, com recursos financeiros do Ministério da Agricultura, em parceria com a Funai, Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), prefeitura de Tenente Portela e Procuradoria da República.

Até o momento foram aplicados 100 mil reais, em 1997, e mais 100 mil reais, no ano de 1998, totalizando 200 mil reais. Para o ano de 1999 estava programado a aplicação de 80 mil reais, no entanto o Ministério da Agricultura não disponibilizou os recursos, e transferiu a remessa para o corrente ano. Mesmo assim o projeto vem tendo a sua continuidade, com o apoio das associações dos referidos setores, da Funai e Emater.

Estão em pleno funcionamento as agroindústrias de produção de açúcar mascavo, melado, rapadura, panificadora, moinho de milho e descascador de arroz. Os projetos de oficina de artesanato, avicultura, bovinocultura de leite, suinocultura, hortas comunitárias, culturas permanentes e anuais, também estão em pleno andamento, mesmo com as dificuldades já mencionadas. Está pendente o projeto de construção de açudes e povoamento com peixes, que ficou a cargo da Prefeitura de Tenente Portela.



Sem título-6



Área de atuação do Setor de Atividades Produtivas

Terra indígena	Município	Área (ha)	Etnia	População
Barragem da Oca	Maquini/Biscainho	4.583	Guarani	507
Cacique Doble	Cacique Doble	4.426	Guarani/Kaingang	689
Carretero	Água Santa	602	Kaingang	239
Guarita	Timoteo/Petrola/Redentora	23.406	Kaingang	5.945
Inhamoni	São Valério do Sul	2.843	Kaingang	703
Isaí	Isaí	280	Kaingang	451
Ligeiro	Charrua	4.552	Kaingang	1.297
Rio da Várzea	Liberto Silveira/Rodolfo Bonte	16.000	Kaingang	432
Várzea	Brasília/Constante do Sul	3.053	Kaingang/Guarani	1.224
Caseros	Itaúna/Muliterno	1.004	Kaingang	229
Rio dos Índios	Vicente Dutra	-	Kaingang	24
Ventura	Erebango	753	Kaingang	91
Seminário	Ronda Alta/Constantina	11.850	Kaingang	240
Total		73.590		10.071

Fonte: Funai - Administração Regional de Passo Fundo/RS.

Estimativa de plantio das principais culturas - 1999/2000

Culturas	Área (ha)
Milho	1.156
Fevão	702
Arroz	100
Soja	130
Mandioca	226
Total	1.614

Fonte: Funai - Administração Regional de Passo Fundo/RS.

Situação das terras indígenas no Estado

Ainda que a questão indígena sofra significativos revezes, em razão da política aplicada pelo governo federal, o relatório apresentado pela Fundação Nacional do Índio - Administração Regional de Passo Fundo (Funai/Passo Fundo) revela um relativo avanço na questão fundiária (veja quadro na próxima página) e um empenho no que se refere à agricultura e à educação.

Certamente, pesa a atuação das Organização Não-Governamentais (Ongs), da CCDH, do Ministério Público no acompanhamento vigilante da questão e, enfim, dos próprios povos indígenas Kaingang e Guarani, no encaminhamento de suas demandas.

Sem título-6

2/6/2003, 17:04



Povos indígenas

Capivari	Guaraní	Palmares do Sul	32	19	Comunidade não se encontra na área identificada	Área identificada pelo GTT nº 1.883-93, com proposta de delimitação de 32 hectares.	Através da Portaria nº 403, de 12 de agosto de 1999, o ministro da Justiça declarou a área como de posse permanente indígena. A terra indígena Capivari localiza-se no município de Palmares do Sul, estando atualmente em andamento a demarcação. Situa a terra indígena por proposta submetida pela Funai.
Caracolero	Kaingang	Água Santa	682	219	Ocupação integral pela comunidade indígena	Área homologada pelo Presidente da República em 1990; registrada BR e DPEJ.	
Mirante Cascineira	Kaingang	Melhores e Hirsianos	1.384	219	Comunidade indígena ocupa 115 hectares de terra após a identificação de 32 agricultores pela Funai, em 1993.	Área declarada de posse permanente indígena pelo ministro da Justiça através da Portaria nº 748, de 17 de dezembro de 1995. Em processo de demarcação pela Funai.	Continua o processo de regularização fundiária da terra indígena, localizada em Melhores e Hirsianos. Foi aprovado o processo de levantamento fundiário dos últimos 45 ocupantes da área, sendo liberados os recursos financeiros para identificação de 11 dezenas ocupantes, os quais já saíram da área, estando as beneficiárias e áreas da terra já ocupadas pela comunidade indígena.

Vitória	Quatani Kaingang	Benguelá Quatani	1.181	1.879	Ocupação integral pela comunidade indígena	Área demarcada pelo governo do Estado do RS, em 1935. Em processo de demarcação pela Funai.	Contribuiu a demarcação da terra indígena por proposta enviada pela Funai, sendo enviada a processo documental para análise do Ministério da Justiça e homologação pelo Presidente da República.
Guarita	Kaingang Quatani	Tenente Portela, Bedentoni, Bernal Aca São Wilson da Real	14.186	1.819	Ocupação integral pela comunidade indígena	Área homologada pelo Presidente da República em 1991, registrada RJ e 1994.	
Itaberaci	Kaingang		2.811	768	Ocupação integral pela comunidade indígena	Área homologada pelo Presidente da República em 1991, registrada RJ e 1993.	
Est	Kaingang	Est	180	421	Ocupação integral pela comunidade indígena	Área homologada pelo Presidente da República, em 1991, registrada RJ e 1993.	
Ligório	Kaingang	Quatani	4.162	1.797	Ocupação integral pela comunidade indígena	Área homologada pelo Presidente da República registrada RJ e 1993.	
Pedreira	Quatani	Guatani	1.852	19	Comunidade indígena sem terra de 18 hectares de área.	Área devolvida de poor povoamento indígena pelo Ministério da Justiça, através da Portaria nº 828, de 17 de maio de 1996. Em processo de demarcação pela Funai.	A Funai contribui a demarcação da terra, com um total de 1.812 hectares, e envia o processo documental para análise do Ministério da Justiça e homologação da demarcação pelo Presidente da República. Através da Portaria nº 828, de 17 de maio de 1996, publicada no Diário Oficial da União, em 21 de maio de 1996, a demarcação foi homologada pelo Presidente da República.



Sem título-6



Povo da Várzea	Kaigang	Libertador Suliano	18.080	411	Ocupação integral pela comunidade indígena.	Área identificada. Processo encaminhado para o Ministério da Justiça.	Iniciadas as pesquisas de demarcação da terra indígena Rio da Várzea por empresa contratada pelo Funai, estando em fase final dos trabalhos de campo.
Povo dos Índios	Kaigang	Vicente Dutra	Arbitrar	21		Desempenhado em barragem, pela Presidência do Funai, um grupo de trabalhadores para identificar a terra indígena.	Grupo técnico foi designado pelo Funai, para estudar o quadro das comunidades do Povo dos Índios, município de Vicente Dutra e do Barbalena, região de Sítio dos Índios, estando o grupo atualmente trabalhando em trabalhos de campo.
Povo Grande do Jari	Guaraní	Povo do Jari	198	11	Ocupação integral pela comunidade indígena.	Área declarada de povo permanente indígena pelo ministro da Justiça, através da Portaria nº 105, de 11 de fevereiro de 1996. Em processo de demarcação pelo Funai.	
Terreirão	Kaigang	Remda, Mta, Teti, Palmeiras, Guaraní, Jaci, Baptista, Yelha	11.960	140	Comunidade indígena estabelecida em 1994, ocupando aproximadamente 200 hectares de terra, após a identificação de 11 aparelhos pelo Funai, em 1.995. Existem 1.200 hectares de terra indígena na área.	Área demarcada pelo governo do RJ, em 1991.	Constituída a 2ª etapa do levantamento fundiário, cadastrando 117 famílias de ocupantes não-índios. Foram indenizados no final do ano 80 hectares ocupados, que saíram da área e liberaram as terras e benfeitorias para a ocupação pelos índios sendo que após houve a comunidade indígena Terreirão, que está trabalhando após houve um campo, no cadastramento de outros 300 aproximadamente terrenos e do 1º ocupantes não-índios.

Varzinha / Três Forquilhas	Unicórnio	Caráa	494	40	Ocupação irregular pela comunidade indígena	Área identificada pelo GT 1984/94, com proposta de delimitação de área de 400 hectares.	Grupos étnicos da Funai realizaram novas entrevistas identificando semanalmente a terra indígena para o grupo Dilyé-Chaurani. A proposta do grupo Mentari, somada a área de 400 hectares para cerca de 180 hectares. A presidência da Funai apresentou os estudos do grupo Mentari, através do despacho ao Diário Oficial da União, em 2 de junho de 1993, e ao Diário Oficial do Estado, em 13 de junho de 1993, posteriormente com o anexo da descrição e mapa da terra indígena.
Mankara	Kaigang	Encoberto	754	51	Comunidade indígena irregular apresentada cerca de 120 hectares de área.	Área descoberta de pessoas pelo ministro da Justiça, através da Portaria nº 116, de 17 de maio de 1990. Delimitada pela Funai em 1993. Investigada por decreto do presidente da República em 14 de abril de 1996.	Liberação pela Funai recomenda para indicação de todas as famílias de não ocupantes da terra indígena Mankara. Apenas 18 famílias acertaram receber a indicação da Funai em 1993 e se retiraram da terra indígena. Mantendo uma habitação e área de lavoura para ocupação pelos índios. No primeiro semestre de 1998, cerca de 21 ocupantes não foram receber a indicação da Funai e estão de área. Até o momento não houve acordo entre o Estado e os agricultores relativos a questões de moradia no indicação da FUNAI.



Sem título-6

Acampamentos Guarani	Unidade	Polígono do Ind. Reserva (Bororo, São Miguel, Tupac, etc.)	Atividade	DTI	Diversos áreas e locais de ocupação (Guarani em Estado do RJ)	A identificação	
Total			20.000	10.000			

Fonte: Funai / Passo Fundo. Atualização: junho de 2000 * Registro de Imóveis da Comarca; ** Departamento de Patrimônio da União; *** Grupo Técnico.



Povos indígenas

